



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

ANO 2016

EQUIPE

Coordenação

Dr. Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda – Promotor de Justiça*

Secretaria

Anna Dolores C. Rangel – Secretaria Ministerial

Fabiana Nascimento da Silva – Recepcionista

Veruska Lima – Recepcionista

Equipe técnica

Daniella Cordeiro Cruz – Analista Ministerial/Pedagogia

Gilberto Lúcio da Silva – Analista Ministerial/ Psicologia

Luciana Enilde Lyra Macêdo – Analista Ministerial/Psicologia

Dilson de Souza Santos Filho – Analista Ministerial /Jurídico

Estagiária de nível médio

Gabriel Lins Capitulino

*Obs: O coordenador esteve de férias no período de 19 de janeiro a 01 de fevereiro de 2016.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório descreve as atividades desenvolvidas no Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude – Caopij – durante o primeiro semestre de 2016.

Em conformidade com a Lei Complementar n° 12, de 27 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público de Pernambuco, em sua seção VII, artigo 23, os Centros de Apoio Operacional atuam como órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, visando:

- Estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e que tenham atribuições comuns;
- Remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade;
- Estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;
- Remeter, anualmente, ao Procurador-Geral de Justiça, relatório das atividades do Ministério Público relativas às suas áreas de atribuições;
- Exercer outras funções compatíveis com suas finalidades, vedado o exercício de qualquer atividade de órgão de execução, bem como a expedição de atos normativos a estes dirigidos.

O Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude (CAOPIJ), do Ministério Público de Pernambuco, tem marcado presença como órgão ministerial que tem priorizado o estabelecimento de condições de ordem técnica e/ou administrativa para o pronto atendimento das mais diversas demandas oriundas das Promotorias de Justiça com atuação na defesa da infância e da juventude, bem como aquelas provenientes de outros representantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, a exemplo das secretarias de governo, das organizações não governamentais e da sociedade em



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

geral. No âmbito da Infância e da Juventude, podemos destacar como atribuições do Ministério Público:

- Assegurar o acesso das crianças e adolescentes à educação, combatendo a evasão escolar;
- Zelar pelo direito à convivência familiar e comunitária;
- Defendê-las contra todo tipo de violência e negligência, inclusive dos pais ou responsáveis;
- Atuar quando um adolescente comete ato infracional;
- Fomentar em todos os Municípios a implantação, estruturação e permanente capacitação do Conselho Tutelar e do Conselho de Direitos.

No intento de efetivar direitos dos quais são titulares as crianças e os adolescentes se busca assegurar aos mesmos um desenvolvimento sadio e as bases para o pleno exercício da cidadania.

2. ARTICULAÇÃO INTERNA E EXTERNA

JANEIRO

- Palestra para os novos estagiários da instituição – 08.01.16;
- Reunião no gabinete do Procurador-Geral com representantes do Consulado Americano – 14.01.15.

FEVEREIRO

- Reunião com representantes do PPCAAM – Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – 03.02.16;
- Reunião com o Procurador-Geral – 04.02.16;
- Reunião com a ASSCOM – Assessoria de Comunicação sobre os projetos e cartilhas do Centro de Apoio – 17.02.16;
- Reunião com Dr. Luiz Carlos Figueiredo Desembargador da Coordenadoria da Infância e Juventude e equipe do CAOPIJ sobre o Provimento nº 001/2016 do TJPE – 25.02.16.

MARÇO

- Reunião do Procurador-Geral sobre os projeto do CAOPIJ – 08.03.16;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

- Reunião com representantes do PPCAAM – Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – 09.03.16;
- Inspeção nas unidades de acolhimento do Cabo de Santo Agostinho com a equipe técnica do CAOPIJ – 15.03.16;
- Atendimento ao Sr. Inocêncio: orientação sobre estupro de vulnerável – 16.03.16;
- Ida a Gravatá com o Consulado Americano para inspeção na Fazenda Oliveira Verde – 17.03.16;
- 1º Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para Crianças e Adolescentes, evento promovido pelo CAOPIJ, em São Lourenço da Mata – 30.03.16;
- Reunião com Dra. Aline Arroxelas e Maria Luiza Duarte, da 1ª PJDC de Olinda sobre o Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para Crianças e Adolescentes, que será realizado em Olinda no dia 27 de abril e projetos do CAOPIJ – 31.03.16.

ABRIL

- Reunião com representantes do GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares sobre o assassinato de adolescente que estava no PPCAAM – Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – 12.04.16;
- Reunião com o Sr. Normando da Secretaria de Direitos Humanos – 13.04.16;
- Reunião extraordinária da Comissão Permanente de Acessibilidade na sala dos Órgãos Colegiados – 18.04.16;
- 2º Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para Crianças e Adolescentes, evento promovido pelo CAOPIJ, em Olinda – 27.04.16.

MAIO

- III Congresso Nacional dos Membros do Ministério Público da Infância e da Adolescência, promovido pelo PROINFÂNCIA - Fórum Nacional dos Membros do Ministério Público da Infância e da Adolescência com o apoio da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT) – 29.04 a 01.05.16;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

- Reunião do Comitê Setorial de Prevenção e Enfrentamento de Exploração e Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes na Assembleia Legislativa, deputada Simone Santana – 02.05.16;
- 1ª Reunião ordinária do GNDH – Grupo Nacional de Direitos Humanos – 04 a 06.05.16;
- Reunião no gabinete do Procurador-Geral com os representantes do Consulado Americano – 11.05.15;
- Participação nos 10 anos da Coordenadoria da Infância Juventude do TJPE – fórum Rodolfo Aureliano – 13.05.16;
- Assinatura do convênio entre Ministério Público e Consulado Americano para troca de informações – 13.05.16;
- Curso de capacitação para os novos promotores na área da infância e juventude – 17.05.16;
- Reunião com a equipe do NECA sobre seminário regional – 18.05.16;
- Audiência com a Promotora de Justiça de São Lourenço da Mata Dra. Márcia Cordeiro, instituição de acolhimento e secretaria de assistência social de São Lourenço da Mata sobre fluxo de atendimento da rede de atenção social – 19.05.16;
- Seminário Segurança no Sistema de Garantias no CEFOSPE – 20.05.16;
- Reunião com o Sr. Gerailson e o Sr. Iran sobre o Encontro Estadual de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Estado de Pernambuco – 23.05.16;
- Reunião com o Procurador-geral sobre os projetos do CAOPIJ – 31.05.19.

JUNHO

- 3º Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para Crianças e Adolescentes, evento promovido pelo CAOPIJ, em Palmares – 01.06.16;
- Ação Nacional de Combate à Exploração Sexual Infantil em Brasília – 02 e 03.06.16;
- Reunião com os conselheiros tutelares Sr. Gerailson e Sr. André sobre capacitação – 06.06.16;
- Reunião com Rafael da Arquitetura sobre pesquisa da sede única – 07.06.16.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

3. PROJETOS

O Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude instaurou no ano de 2015 quatro projetos, que estão em andamento e que podem ser acompanhados junto ao sistema Arquimedes, a saber:

a) Arquimedes Nº AUTO: 2015/1933515 - PROJETO CIDADANIA ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA: FORTALECIMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Objetivo: fortalecer a rede do Sistema de Atendimento Socioeducativo e apoiar os Promotores de Justiça nas ações de indução e acompanhamento dos planos socioeducativos municipais.

b) Arquimedes Nº AUTO: 2015/1955606 - PROJETO COMISSÃO DE DIRETOS À CONVIVÊNCIA FAMILIAR

Objetivo: apoiar os Promotores de Justiça nas ações de reformulação e reordenamento dos serviços de acolhimento, visando adequá-los à necessidade de garantir a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes.

c) Arquimedes Nº AUTO: 2015/1955628 - PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DA ATENÇÃO DIFERENCIADA EM PREVENÇÃO E TRATAMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES CONSUMIDORES DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Objetivo: apoiar os Promotores de Justiça nas ações de estruturação e/ou organização do serviço de atenção a crianças e adolescentes usuários/dependentes de substâncias psicoativas.

d) Arquimedes Nº AUTO: 2015/1956061 - PROJETO TRANSPORTE ESCOLAR TAMBÉM PRECISA PASSAR NA PROVA



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

Objetivo: apoiar os Promotores de Justiça nas ações de reformulação e reordenamento dos serviços de transporte escolar, visando adequá-los às normas de segurança.

4. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

4.1. Atendimento ao público interno e externo

Data	Solicitante	Questão	Encaminhamento
25.02.16	Demanda espontânea de pessoa física	A sra. Tainara solicitou informações sobre o que fazer já que o adolescente J.R.S., seu sobrinho, fugiu da unidade de semiliberdade porque foi ameaçado de morte.	Orientação: se apresentar perante a Vara Regional e solicitar mudança de unidade
29.02.16	Sra. Márcia Uchôa - secretária da CIJ TJPE	Informou que encaminhou e-mail para análise e assinatura do coordenador do CAOPIJ e posterior envio à CIJ/TJPE	Providenciada a assinatura do Of. conjunto de lavra do coordenador do CAOPIJ/MPPE e do coordenador da CIJ/TJPE
03.03.16	Sr. Diego do CNJ	Sistema de Controle de Acesso do CNJ	Regularizado o acesso do CAOPIJ
04.03.16	Dalton da CMFC	Solicitou as requisições de diária de Gilberto Lucio e Maria Luiza da viagem para Petrolina	Providenciado
10.03.16	Demanda espontânea de pessoa jurídica	Assistente Social do Dom Hélder ligou querendo saber o que fazer com adolescente de 14 anos que foi operado e não quer ficar no hospital.	
10.03.16	CAOP Cidadania	Solicitou a Portaria nº 001/2013 da Vara Regional	Providenciado
10.03.13	Sandra Assistente Social das PJIJC	Solicitou o termo de compromisso operacional do Disque 100	Providenciado
10.03.16	Sra. Tácia – coordenadora do Colégio Eminente	Solicitou informações sobre a denúncia de bares próximos à escola que estão vendendo bebidas e outras substâncias a adolescentes	A denúncia foi encaminhada às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude para distribuição e providências
16.03.15	Sra. Rafaela da Escola Jornalista Costa Porto	Solicitou que o CAOPIJ realizasse uma palestra na escola sobre ato infracional	Foi informada que o CAOPIJ não tem agenda para atender essa demanda, em



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

			razão dos projetos que estão em curso e das inspeções solicitadas pelas pjs
28.03.16	Sr. Gilmar Conselheiro Tutelar de Jaboatão dos Guararapes	Solicitou material afeto à área da infância e juventude	Foi informado que não é possível atender essa demanda, uma vez que o CAOPIJ não possui material suficiente sequer para o público interno
29.03.16	Pablo da PJ Camaragibe	Ligou sobre o plantão de Dra. Mariana que está de licença	Foi informado que a responsabilidade do plantão é do substituto
29.03.16	PJ Igarassu	Ligou sobre o plantão de Dra. Maria Lizandra que estará de férias em abril e o substituto de licença	Foi informado que a responsabilidade do plantão é do substituto
29.03.16	Rafael da PJ Abreu e Lima	Ligou informando que a entidade de acolhimento de Abreu e Lima não está no sistema do CNMP	Foi orientado a encaminhar e-mail com tais informações para o CAOPIJ
29.03.16	Dirce Assistente Social de São Paulo	Ligou pedindo orientação sobre um adolescente infrator para seu município de origem. Ele está numa casa de internação provisória	Foi informada de que a responsabilidade é do município de origem.
13.04.16	Dr. Genivaldo de Goiana	Ligou solicitando os convites do Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPs para crianças e adolescentes	Providenciado
09.05.16	Sra. Kátia da Pj Itamaracá	Solicitação de modelo de Ação de Destituição do Poder Familiar	Ao Analista Ministerial para providências
13.05.16	Sr. Eduardo Araújo – PSF Recife	Solicitou material sobre Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes	Providenciado
16.05.16	Dr. Jaime Adrião da PJ Santa Maria do Cambucá	Solicitou orientação em relação a um conselheiro tutelar que quer assumir como suplente o cargo de vereador temporariamente	Ao coordenador para as providências
16.05.16	Sra. Cristiane de Pesqueira	Solicitou o convite e a programação do evento de Acolhimento Institucional, que ocorrerá em Arcoverde	Providenciado



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

17.05.16	Sra. Livia CRAS Caxangá	Solicitou orientação sobre uma família, mulher e três filhos, em situação de vulnerabilidade, precisando de alimentos	Foi orientada a procurar a Defensoria Pública para ingressar com Ação de Alimentos contra o genitor das crianças
01.06.16	Adauto da 6ª PJDC Olinda	Informou que o promotor de justiça titular da 6ª PJDC Olinda passou a ser Dr. Waldir Mendonça	Retificação encaminhada para publicação pelo Gabinete
02.06.16	Dr. Emmanuel Pacheco da PJ Quipapá	Solicitou indicação de entidade que pudesse acolher duas crianças, uma de 2 meses e outra de 4ª anos	Indicação: CEAC Garanhuns

4.2. Reuniões e Eventos Externos

Data	Órgão	Assunto
17.02.16	Reunião com Andréa Corradini da ASSCOM	Projetos, eventos e cartilhas para o ano de 2016, além da criação de página em rede social para o CAOPIJ
11.03.16	ESMP/MPPE	Curso Alterações nos institutos da interdição e curatela trazidas pelo novo CPC e pela Lei nº 13.146/2016
14.03.16	Reunião com Andréa Corradini da ASSCOM	Página do CAOPIJ no Facebook
30.03.16	CAOPIJ e PJ São Lourenço da Mata	1º Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para Crianças e Adolescentes, evento promovido pelo CAOPIJ em São Lourenço da Mata
31.03.16	Reunião com Dra. Aline Arroxelas e Maria Luiza Duarte, Analista Ministerial em Serviço Social da 1ª PJDC de Olinda	Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para Crianças e Adolescentes, que será realizado em Olinda no dia 27 de abril e projetos do CAOPIJ
11.04.16	ESMP/MPPE	Palestra "Uso das redes social por instituições e personalidade públicas"
11 e 12.04.16	ESMP/MPPE	Oficina Social Media Gov 10 passos para estruturar as redes sociais de sua instituição
27.04.16	CAOPIJ e PJ Olinda	2º Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para Crianças e Adolescentes, evento promovido pelo CAOPIJ em Olinda
20.05.16	ESMP/MPPE	Seminário A nova Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2016



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

01.06.16	CAOPIJ e PJ Palmares	3º Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para Crianças e Adolescentes, evento promovido pelo CAOPIJ em Palmares
----------	----------------------	--

4.3. Atividades Administrativas (Documentos/Expedientes) janeiro/junho de 2016

Documentos / Expedientes	Total
Ofícios Expedidos	45
Ofícios Circulares Expedidos	03
Ofícios Recebidos	69
ClIs Expedidas	32
Arquimedes: cadastro no grupo Ofício CAOP Infância e Juventude	5316 documentos do tipo expediente
Arquimedes: cadastro no grupo Ofício CAOP Infância e Juventude - Secretaria	1052 documentos do tipo expediente
Arquimedes: cadastro no grupo Ofício CAOP Infância e Juventude – Equipe Técnica 1	28 documentos
Arquimedes: cadastro no grupo Ofício CAOP Infância e Juventude – Equipe Técnica 2	49 documentos

- Estatística, com gráficos ilustrados, que demonstram o quantitativo e percentual da prática de ato infracional subdividido por sexo, idade, tipo, município onde ocorreu o fato e de residência do adolescente, extraídos dos relatórios dos plantões da capital (englobando a capital e mais 12 municípios da Região Metropolitana).

4.4. Ciranda de Notícias

Boletim Informativo de notícias relevantes sobre infância e juventude, tais como alterações legislativas, novas resoluções, recomendações, notas técnicas, estatísticas, eventos, cursos, dentre outros assuntos afetos à atuação do Ministério Público nesta área:

Número	Assunto
Ciranda de notícias nº 001/2016	Informação sobre a implantação do serviço de emissão de CPF para recém-nascidos diretamente nas certidões de nascimento, pelos Cartórios de Registro Civil do Estado do Pernambuco e a Receita Federal.
Ciranda de notícias nº	Envio da Cartilha Educativa Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, elaborada pelo Centro de Apoio da Criança e do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

002/2016	Adolescente do Ministério Público do Estado da Bahia em parceria com o Instituto Direito e Cidadania, Fundação Odebrecht e Conselho Regional de Contabilidade
Ciranda de notícias nº 003/2016	Encaminhamento da Resolução nº 137 do CNMP, que altera a Resolução nº 67, de 16 de março de 2011 e dispõe sobre a uniformização das fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas
Ciranda de notícias nº 004/2016	Ciência da Lei nº 13.257/2016, de 08 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.
Ciranda de notícias nº 005/2016	Envio do Ofício Conjunto nº 001/2016 da CIJ/TJPE e CAOPIJ/MPPE, contendo orientações sobre o Provimento nº 008/2015 do Conselho Superior da Magistratura com relação à entrega de guarda provisória da criança para pretendente inscrito no Cadastro Nacional de Adoção.
Ciranda de notícias nº 006/2016	Divulgação do III Congresso Nacional dos Membros do Ministério Público da Infância e da Adolescência, promovido pelo PROINFÂNCIA - Fórum Nacional dos Membros do Ministério Público da Infância e da Adolescência com o apoio da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT), nos dias 29, 30 de abril e 1º de maio de 2016, na sede da FESMPDFT, SCRS Quadra 502, Bloco A, Loja 55. Asa Sul, Brasília.
Ciranda de notícias nº 007/2016	Encaminhamento do Ofício Circular nº 003/2016 da CIJ/CNMP, o qual informa que a Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público agora dispõe de Tecnologia Business Intelligence – BI para análise detida e geração de conhecimento, a partir dos dados dos relatórios das Unidades de Internação e Semiliberdade elaborados pelos Promotores de Justiça, referentes à Resolução nº 67 /2011, bem como dos dados colhidos dos relatórios das Unidades de Acolhimento Familiar e Institucional, referentes à Resolução nº 71/2011.
Ciranda de notícias nº 008/2016	Ciência da Lei nº 15.771, de 06 de abril de 2016, que estabelece o envio de informações referentes à criança e ao adolescente para o Poder Judiciário, e dá outras providências.
Ciranda de notícias nº 009/2016	Divulgação do artigo "Breves ponderações sobre a proposta de extensão da "audiência de custódia" para adolescentes acusados da prática de ato infracional", escrito pelo Procurador de Justiça, integrante do Ministério Público do Estado do Paraná, Dr. Murillo José Digiácomo,
Ciranda de notícias nº	Envio do Provimento nº 002/2016 do Conselho da Magistratura de Pernambuco, que altera o Provimento nº 03/2011, de 26 de maio de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

010/2016	2011 do Conselho Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco, para adequá-lo ao art. 40 da Lei nº 12594/2012, que reza ser atribuição do Poder Executivo a distribuição no encaminhamento dos adolescentes para as unidades de internação, semiliberade e internações provisórias.
Ciranda de notícias nº 011/2016	Encaminhamento do Ofício nº 73/2016, da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco, convidando todos os Promotores de Justiça de Pernambuco com atuação na área da infância e juventude para participar do evento comemorativo dos 10 anos da Coordenadoria da Infância e Juventude, que será realizado no dia 13/05/2016, no Auditório do Fórum Rodolfo Aureliano.
Ciranda de notícias nº 012/2016	Envio do relatório de atividades do Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes , realizado na sede das Promotorias de Justiça de São Lourenço da Mata, em 30 de março do corrente ano.
Ciranda de notícias nº 013/2016	Encaminhamento do relatório de atividades do Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes, realizado na sede das Promotorias de Justiça de Olinda, em 27 de abril do corrente ano.
Ciranda de notícias nº 014/2016	Divulgação da cartilha Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento, do Ministério Público do Distrito Federal e territórios.
Ciranda de notícias nº 015/2016	Ciência da a LEI Nº 13.278, de 2 de maio de 2016, que altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte.
Ciranda de notícias nº 016/2015	Divulgação dos últimos informativos do STJ a respeito de assuntos relacionados à infância e Juventude.
Ciranda de notícias nº 017/2015	Divulgação dos enunciados da infância e juventude do TJPE, publicados no Diário Oficial do Estado em 19.05.16.
Ciranda de notícias nº 018/2015	Encaminhamento do relatório de atividades do Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes, realizado em Palmares, em 01 de junho do corrente ano.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

4.5 – Página na rede social Facebook



infânciaejuventudemppe

www.mppe.mp.br

Em articulação com a Assessoria Ministerial de Comunicação, o CAOPIJ vem cuidando dos preparativos estruturais e operacionais para o lançamento de sua página virtual **www.facebook.com/infânciaejuventudemppe**, na rede social Facebook, previsto para julho de 2016.

Esse projeto é regulamentado pela Resolução Res-Pgj Nº 009/2011, que versa sobre a criação e utilização de blogs e a utilização de redes sociais no âmbito do Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Nas reuniões de planejamento, em fevereiro e março, foi indicada a necessidade de elaborar o Termo de Uso, nos moldes das regras de conduta estabelecidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público:

“Não serão aceitos comentários:

1. que violem qualquer norma vigente no Brasil, seja municipal, estadual ou federal;
2. com conteúdo calunioso, difamatório, injurioso, racista, de incitação à violência ou a qualquer ilegalidade, ou que desrespeite a privacidade alheia;
3. com conteúdo que possa ser interpretado como de caráter preconceituoso ou discriminatório a pessoa ou grupo de pessoas;
4. com linguagem grosseira, obscena e/ou pornográfica;
5. de cunho comercial e/ou pertencentes a correntes ou pirâmides de qualquer espécie;
6. que caracterizem prática de spam;
7. com pedidos, denúncias, representações ou reclamações disciplinares referentes à área de atuação do CNMP (que devem ser realizadas em outros espaços, conforme descrito abaixo).”

A Assessoria Ministerial de Comunicação produziu modelos de páginas, de posts e de assinaturas que tem sido avaliadas pelo CAOPIJ, cuja equipe idealizou, inicialmente, cinco campanhas:

- a) Por dentro do CAOPIJ – objetiva apresentar as atribuições do CAOPIJ de forma simples e direta para o público interno e para a população em geral.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

- b) ECA simplificado – propõe transmitir, de forma simplificada, os direitos contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, para toda a população.
- c) Criando Espaços na Rede – apresenta a descrição dos serviços e pontos de atenção da rede de saúde mental infantojuvenil.
- d) Quem ama não abandona – visa combater o abandono de incapaz apresentando estratégias de utilização da rede de proteção para os pais em situação de vulnerabilidade.
- e) Combate ao Bullying – procura prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (bullying) em toda a sociedade.

4.6. Fluxo de Denúncias do Disque 100 / SONDHA

A seguir, apresentamos o Relatório de Acompanhamento 2016, até o mês de junho, extraído do Sistema de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e Atendimento (SONDHA), da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, cujos procedimentos recebidos pelo CAOPIJ são encaminhados para as Promotorias de Justiça competentes.

Serviço	Encaminhadas Aguardando Análise	Em Análise	Finalizadas	Total
Afogados da Ingazeira	5			5
Aliança	6			6
Altinho	2			2
Amaraji	2			2
Angelim	0			0
Belém de Maria	1			1
Belo Jardim	4			4
Betânia	0			0
Bodocó	4			4
Bom Conselho	2			2
Bonito	4			4
Brejo da Madre de Deus	6			6
Buenos Aires	0			0
Cachoeirinha	2			2
Caetés	0			0
Calçado	0			0
Camocim de São Félix	0			0
Canhotinho	1			1



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

Carnaíba	2			2
Chã Grande	2			2
Condado	3			3
Correntes	0			0
Cumaru	0			0
Cupira	7			7
Custódia	2			2
Exu	1			1
Feira Nova	4			4
Ferreiros	0			0
Flores	1			1
Floresta	2			2
Garanhuns	35			35
Glória De Goitá	9			9
Goiana	7			7
Gravatá	4			4
Iati	3			3
Ibimirim	2			2
Ibirajuba	0			0
Itamaracá	1			1
Itapetim	0			0
Itapissuma	5			5
Itaquitinga	1			1
Jupi	1			1
Jurema	0			0
Lagoa de Itaenga	10			10
Lagoa do Ouro	1			1
Lagoa dos Gatos	1			1
Macaparana	4			4
Mirandiba	0			0
Moreilândia	0			0
Moreno	0			0
Nazaré da Mata	2			2
Orocó	0			0
Palmerina	0			0
Parnamirim	3			3
Passira	6			6
Pedra	1			1
Petrolândia	5			5
Poção	0			0
Pombos	1			1
Quipapá	7			7
Riacho das Almas	4			4



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

Ribeirão	21			21
Rio Formoso	6			6
Sairé	4			4
Saloá	0			0
Santa Maria da Boa Vista	7			7
Santa Maria do Cumbucá	1			1
São Bento do Una	6			6
São João	0			0
São Joaquim do Monte	2			2
São José da Coroa Grande	9			9
São José do Belmonte	0			0
São José do Egito	4			4
São Lourenço da Mata	1			1
Serra Talhada	12			12
Serrita	3			3
Sertânia	5			5
Sirinhaém	5			5
Surubim	5			5
Tabira	6			6
Tacaimbó	2			2
Tacaratu	1			1
Terra Nova	1			1
Toritama	5			5
Tracunhaém	2			2
Trindade	1			1
Triunfo	0			0
Tuparetama	0			0
Verdejante	1			1
Vicência	0			0
Vitória de Santo Antão	0			0
PJ Abreu e Lima	12			12
PJ Águas Belas	10			10
PJ Arcoverde	15			15
PJ Belém de São Francisco	5			5
PJ Bezerros	5			5
PJ Brejão	2			2
PJ Carpina	10			10
PJ Flores	0			0
PJ Inajá	2			2
PJ Itaíba	1			1
PJ Itambé	1			1
PJ Jaboatão dos Guararapes	0			0



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

PJ Jataúba	2			2
PJ Limoeiro	9			9
PJ Orobó	5			5
PJ Palmares	12			12
PJ Paulista	30			30
PJ Santa Cruz do Capibaribe	7			7
PJ Tacaratu	0			0
PJ Taquaritinga do Norte	7			7
PJ Venturosa	3			3
PJIJ Agrestina	0			0
PJIJ Água Preta				
PJIJ Alagoinha	2			2
PJIJ Araripina	4			4
PJIJ Barreiros	5			5
PJIJ Bom Jardim	10			10
PJIJ Buíque	4			4
PJIJ Cabo de S Agostinho	43			43
PJIJ Cabrobó	4			4
PJIJ Camaragibe	22			22
PJIJ Capoeiras	2			2
PJIJ Caruaru	51			51
PJIJ Catende	19			19
PJIJ Cortês	0			0
PJIJ Escada	5			5
PJIJ Gameleira	6			6
PJIJ Igarassu	28			28
PJIJ Ipojuca	40			40
PJIJ Ipubi	0			0
PJIJ Jaboatão dos Guararapes	135			135
PJIJ Joaquim Nabuco	4			4
PJIJ João Alfredo	3			3
PJIJ Lajedo	6			6
PJIJ Maraial	4			4
PJIJ Moreno	6			6
PJIJ Olinda	54			54
PJIJ Oricuri	11			11
PJIJ Panelas	6			6
PJIJ Paudalho	7			7
PJIJ Pesqueira	17			17
PJIJ Petrolina	31			31
PJIJ Pombos	2			2



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

PJIJ Primavera	1			1
PJIJ Recife	311			311
PJIJ Salgueiro	1			1
PJIJ Sanharó	2			2
PJIJ São Caetano	1			1
PJIJ São José do Belmonte	4			4
PJIJ São Lourenço da Mata	10			10
PJIJ São Vicente Ferrer	4			4
PJIJ Timbaúba	5			5
PJIJ Triunfo	1			1
PJIJ Vertentes	3			3
PJIJ Vitória de S. Antão	7			7
TOTAL	1305			1305

5.1 - Equipe 1 – Acolhimento Institucional e Instituições de Educação

Daniella Cordeiro Cruz Silva Santos – Analista em Pedagogia

Luciana Enilde de Magalhães Lyra Macêdo – Analista Ministerial em Psicologia

5.1.1 - Acolhimento Institucional

O CAOP-IJ atua na área de Convivência Familiar e Comunitária (Programa Acolher, Acolhimento Institucional e Adoção) atendendo às demandas das Promotorias de Justiça nas cidades do interior e região metropolitana do Estado, assim como, na Capital, através de reuniões interinstitucionais, participação e realização de eventos sobre a temática.

A equipe técnica da área protetiva realiza inspeções nas instituições de acolhimento com a finalidade de averiguar a adequação do funcionamento às diretrizes nacionais, com foco na qualidade dos serviços. Tem também o objetivo de alimentar planilha com os dados sobre o levantamento de todas as unidades de acolhimento existentes em Pernambuco para fins de acompanhamento da atuação do Promotor de Justiça pela corregedoria do Ministério Público de Pernambuco - MPPE e pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

Além do acompanhamento das instituições, de acordo com as demandas dos promotores, a equipe realiza estudos de casos individuais sobre a possibilidade de reintegração familiar ou de inserção em família substituta (adoção) de crianças e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

adolescentes que se encontram afastados do convívio familiar por medida de proteção, visando subsidiar o posicionamento do membro do *Parquet* em ações de Acolhimento Institucional e/ou de Destituição do Poder Familiar.

Ressaltamos que as ações e atividades na área de acolhimento, além do foco na qualidade dos serviços prestados à população, teve como objeto de intervenção a necessidade de municipalização do atendimento, conforme ações previstas no projeto do CAOP-IJ Nº 002/2015: “Instituições de Acolhimento: caminhos para a qualificação e municipalização do atendimento” (iniciado no ano de 2015), cujas ações foram ampliadas em 2016.

5.1.1.1 - Inspeções em Instituições de Acolhimento

Município	Unidade Inspeccionada	Período
Águas Belas	Casa de Acolhimento de Águas Belas	Fevereiro/2016
São Bento do Una	Lar Anjos Aquilles e Pietro	Fevereiro/2016
Pesqueira	Abrigo Acolher	Fevereiro/2016
Moreno	Cidade Evangélica dos Órfãos - CEO	Fevereiro/2016
São Lourenço da Mata	Instituição Acolhedora Dona Ivanilda Maria da Silva	Fevereiro/2016
Cabo de Santo Agostinho	Instituição de Acolhimento Recanto da Criança	Março/2016
Cabo de Santo Agostinho	Instituição de Acolhimento Recanto do Adolescente	Março/2016
Ibimirim	Casa da Criança e do Adolescente de Ibimirim	Abril/2016
Palmares	Casa Granja Paraíso (masculina)	Maió/2016
Palmares	Casa Lar Heleninha (feminina)	Maió/2016
Triunfo	Casa Aconchego Raio de Sol	Maió/2016

5.1.1.2 - Reunião / orientação sobre o funcionamento das Instituições de Acolhimento

Município	Promotor(a) de Justiça	Período
Belo Jardim	Dra. Sophia Volfvitch	Março/2016
Moreno	Leonardo Brito Caribé	Fevereiro/2016



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

Triunfo	Guilherme Graciliano Araújo Lima (Orientação por telefone)	Fevereiro/2016
Ibimirim	Filipe Wesley Leandro	Abril/2016
Triunfo	Guilherme Graciliano Araújo Lima (Reunião sobre a implantação da unidade de acolhimento com a equipe técnica do CAOP-IJ, o Promotor de Justiça da comarca e a representante do município)	Maio/2016

5.1.1.3 - Reunião para estudo de casos e discussão sobre a situação de crianças e adolescentes acolhidos

Município	Promotor(a) de Justiça	Período
Belo Jardim	Dra. Sophia Volfvitch	Março/2016

5.1.1.4 - Procedimentos interventivos para realização de estudo de caso sobre a possibilidade de adoção de grupo de irmãos

Procedimento Interventivo	Município	Período
Escuta à criança	Belo Jardim	Março/2016
Escuta à criança	Belo Jardim	Março/2016
Entrevista a pretendente à adoção	Belo Jardim	Março/2016
Visita domiciliar a pretendente à adoção	Belo Jardim	Março/2016
Visita domiciliar à família extensa de pretendente à adoção	Olinda	Março/2016

5.1.1.5 - Ação interinstitucional sobre os procedimentos relativos ao Acolhimento de Crianças e Adolescentes, à reintegração familiar e à Adoção em Pernambuco

Ação	Instituições Participantes	Encaminhamento / Resultados	Período
Reunião	Ministério Público de Pernambuco através do	Elaboração de ofício conjunto (CIJ/TJPE e	Março/2016



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

	<p>CAOP-IJ: Coordenador do CAOP-IJ – Dr. Luiz Guilherme Lapenda 2ª Promotoria de Justiça em Defesa da Cidadania da Capital – Dra. Ana Maria Maranhão – Equipe técnica - Daniella Cruz e Luciana Macêdo.</p> <p>Tribunal de Justiça de Pernambuco / Coordenadoria da Infância e Juventude: Coordenador da CIJ – Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo Equipe técnica da CIJ.</p>	<p>CAOP-IJ/MPPE) para ser encaminhado a todos os promotores e juízes do Estado de Pernambuco com atuação na infância e juventude, contendo recomendações e diretrizes para a atuação.</p>	
--	---	--	--

5.1.1.6 - Encontros Regionais de Acolhimento Institucional

Os Encontros Regionais sobre Acolhimento Institucional fazem parte das ações referentes à necessidade de qualificação dos serviços e visa à sensibilização e troca de informações quanto ao acolhimento de crianças e adolescentes nos municípios participantes, contribuir para o aprimoramento do serviço e do fluxo de acolhimento institucional com discussão sobre o Plano de Atendimento Individual e Familiar (PIA) e Guia de Acolhimento Institucional, além de contribuir para a articulação de toda a rede de atendimento à infância e Juventude dos municípios.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

Estes encontros têm como público-alvo/participantes: Promotores de Justiça, servidores do Ministério Público, Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente, dirigentes e equipes técnicas de instituições de acolhimento, Secretarias de Assistência Social dos Municípios, dentre outros.

Município sede do evento	Ação / Municípios contemplados com o evento	Período
São Lourenço da Mata	Planejamento e Divulgação do III Encontro de Acolhimento Institucional	Janeiro e Fevereiro/2016
São Lourenço da Mata	Realização do evento / Aliança, Buenos Aires, Camaragibe, Carpina, Macaparana, Moreno, Nazaré da Mata, Paudalho, São Lourenço da Mata, Timbaúba, Tracunhaém,	Fevereiro/2016
Arcoverde	Planejamento e Divulgação do IV Encontro de Acolhimento Institucional	Maio e Junho/2016
Arcoverde	Realização do evento / Arcoverde, Buíque, Ibimirim, Pedra, Pesqueira, São Bento do Una, Sertânia, Triunfo, Tupanatinga e Venturosa	Junho/2016

5.1.1.7 - Participação no Comitê Gestor do Programa Acolher



O Programa Acolher tem a finalidade de garantir a convivência familiar e comunitária de crianças em cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente, evitando práticas de abandono, infanticídio e adoção ilegal em Comarcas do estado de Pernambuco. Dentre os objetivos do programa tem-se:

- Aperfeiçoar e uniformizar metodologias de trabalho direcionadas ao atendimento de mulheres com interesse em entregar sua criança para a adoção;
- Fortalecer as ações articuladas entre a Justiça da Infância e Juventude e demais instituições da Rede de Proteção Social;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

- Promover espaços de qualificação e troca de experiências no que tange à questão dos aspectos psicossociojurídicos que perpassam a entrega de crianças à adoção, com a participação de magistrados e servidores da Justiça, além de agentes da Rede de Proteção Social.

Reuniões	Período
Reunião ordinária para planejamento das ações	Fevereiro/2016
Reunião ordinária para planejamento das ações	Abril/2016

5.1.1.8 - Outras Ações



Ações	Período
Elaboração de relatório síntese sobre a participação no III Seminário Internacional sobre Qualidade dos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes realizado pela Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (NECA) em São Paulo/SP	Março/2016
Reunião com representantes da Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (NECA) de São Paulo/SP para firmar parceria, na qual Pernambuco será a sede do Seminário Regional Qualidade dos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, que contemplará todos os Estados do Nordeste. Além de discussão e planejamento do evento.	Maio/2016



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

5.1.2 - Educação

Na área de Educação as demandas são diversas e complexas, englobando diversas questões que requer a intervenção do Ministério Público através de seus representantes e da atuação das equipes técnicas. As ações do CAOP-IJ neste ano tiveram como foco a prestação e a qualidade da oferta do ensino no município de Moreno. Além da elaboração de minuta de projeto para uma intervenção mais sistemática do MP, tento em vista as ações propostas pela Comissão da Infância e Juventude e de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em atenção à proteção integral da infância e da adolescência, nos termos do artigo 227 da Constituição Federal, que buscam o aumento da oferta de vagas em creches e realizar ações coordenadas para garantir a universalização da pré-escola em todos os municípios brasileiros.

5.1.2.1 - Inspeções em Instituições de Ensino

Escola	Promotor(a) de Justiça/ Município	Período
Municipal de 1º Grau Sevy Rocha	Leonardo Brito Caribé/Moreno	Fevereiro/2016
Municipal Professora Noemi Guerra	Leonardo Brito Caribé/Moreno	Fevereiro/2016

5.1.2.2 - Outras Ações

Ações	Período
Elaboração de Nota Técnica para a imprensa do MPPE referente à criação e aperfeiçoamento para a matrícula em creches nos município do Estado de Pernambuco	Fevereiro/2016
Elaboração de minuta de projeto para criação e expansão de oferta de vagas em creches e pré-escolas da rede pública.	Abril/2016
Participação em audiência de conciliação sobre a oferta de ensino na cidade de Moreno com a participação do Promotor de Justiça, Dr. Leonardo caribé, a Juíza da Comarca, Dra. Ana Carolina Avellar Diniz, a Procuradora Geral do município, Dra. Dayseanne Dolores do Monte Monteiro, representantes da Secretaria de Educação, e o SIMPREMO (Sindicado dos Profissionais de Educação).	Abril/2016



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

5.2 - Equipe 2 – Área Jurídica e Socioeducativa

Gilberto Lucio da Silva – Analista Ministerial em Psicologia

Dilson de Souza Santos Filho – Analista Ministerial Área Jurídica

5.2.1 - Assessoria Técnica Jurídica

Dilson de Souza Santos Filho – Analista Ministerial Área Jurídica

Em atenção a resolução PGJ nº. 01/2006, segue abaixo o apoio técnico aos Membros e às unidades do Ministério Público de Pernambuco em processos administrativos e judiciais, e a execução de trabalhos de natureza técnico-jurídica, em especial, estudos de processos, pesquisa e orientação, e confecção de peças e material de apoio.

Órgão Solicitante	Demanda	Resposta
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa de peças relacionadas a suspensão do poder familiar	Envio de modelo de peça referente ao tema.
Coordenação CAOPIJ	Minuta de recomendação a respeito de candidato sem escolaridade mínima à data da posse	Elaboração de Minuta
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa a respeito de anulação de eleição de Conselho Tutelar	Envio de cinco modelos de ACP referentes ao tema.
Coordenação CAOPIJ	Minuta de Apresentação sobre o CAOPIJ para ser ministrada aos estagiários.	Elaboração de Minuta.
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa	Disponibilização jurisprudência atestando a ilegitimidade passiva do COMDICA.
Coordenação CAOPIJ	Universalização da educação infantil	Envio de materiais referentes ao tema.
Coordenação CAOPIJ	Peças relacionadas a perímetro escolar.	Envio de quatro Recomendações referentes ao tema.
Coordenação CAOPIJ	Peças relacionadas sobre internação de adolescente com problemas com drogas/psicológicos.	Envio de três peças referentes ao tema.
Coordenação CAOPIJ	Minuta de despacho de instauração de procedimento para posterior transformação em projeto	Elaboração de Minuta.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

Coordenação CAOPIJ	Parecer sobre o "segredo de justiça", previsto no art. 234-B do Código Penal.	Elaboração de Minuta.
Coordenação CAOPIJ	Parecer sobre exposição indevida de crianças em jornais.	Elaboração de Minuta.
Promotoria de Justiça	Dstituição de CT por conduta incompatível e busca e apreensão de criança por adoção ilegal, como resultado dessa pesquisa enviei	Envio de três modelos de peças.
PJ Belo Jardim	Apadrinhamento Afetivo	Envio de informações do projeto estrela guia do TJ/PE e enviei duas jurisprudências sobre pessoas inseridas em Programa de Apadrinhamento que não podem adotar a criança apadrinhada.
Coordenação CAOPIJ	Ação de Investigação de Paternidade e Maternidade.	Elaboração de Minuta
Coordenação CAOPIJ	Denúncias de venda de bebidas alcoólicas e outras substâncias nocivas à saúde às crianças e aos adolescentes nas proximidades de Escola	Elaboração de Minuta de Ofício à Promotoria competente.
Coordenação CAOPIJ	Normas aplicáveis no que diz respeito à operacionalização das alterações legislativas efetuadas no Código de Organização Judiciária de Pernambuco – COJE através de LC nº 252/2013, no que pertine ao Cadastro Nacional de Adoção, como também dar ciência das competências jurisdicionais em matéria de Adoção previstas no Provimento nº 01/15 do Conselho de Magistratura de Pernambuco.	Confecção de Expediente.
Coordenação CAOPIJ	Resolução nº 001/2016, publicada em 08 de março de 2016, estabelecendo que os serviços atualmente a cargo dos Centros de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa da Cidadania e às	Elaboração de Minuta de Ofício



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

	Promotorias de Defesa da Infância e Juventude, de recepção da central de denúncias do Ministério Público de Pernambuco e das denúncias oriundas do Disque 100, do Ministério da Justiça, passarão a ser de responsabilidade da Ouvidoria.	
PJ Belo Jardim	Maus Tratos sofridos por crianças em instituição de acolhimento e sendo o agressor um de seus funcionários.	Elaboração de Minuta de Ação de improbidade administrativa a fim de responsabilizar a dirigente da unidade em decorrência de desrespeitos aos princípios da eficiência, moralidade, legalidade, impessoalidade, honestidade e lealdade às instituições (pode-se, também, acrescentar o Prefeito), e de Minuta de Ação de dano moral coletivo a fim de responsabilizar o município, com esteio na responsabilidade objetiva do Estado (art. 37, parágrafo 6º, da CF).
PJ Belo Jardim	Competência jurisdicional para impetrar ações de adoções e habilitações em cadastro, vara regional ou comarca de origem.	Encaminhamento de Ofícios Circulares nº 16 e 22 do Poder Judiciário/PE.
PJ Belo Jardim	Necessidade de se aguardar ou não o Trânsito em Julgado da Ação de Destituição para colocação de criança para Adoção.	Envio do Provimento 01/2015 do Conselho de Magistratura que esclarece a questão.
Coordenação CAOPIJ	Verbas necessárias para garantir à alimentação adequada nas instituições de acolhimento sob sua responsabilidade.	Elaboração de Minuta de peça compelindo o município, inclusive por bloqueio de conta.
PJ Cabo de Sto. Agostinho	Adequação de Instituições de Acolhimento Institucional.	Confecção de minuta de Recomendação sobre a insuficiência de cuidadores e educadores, bem como de materiais pedagógicos e de higiene pessoal nas Casas de Acolhimento.
PJ Belo Jardim	Falta de pagamento de diárias ao CT	Envio de três peças ministeriais
PJ Belo Jardim	Lei municipal que proíbe o	Envio de três peças ministeriais



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

	uso de celular em sala de aula.	
PJ Olinda	Horários obrigatórios de expediente dos Conselheiros Tutelares nos dias úteis (segunda a sexta).	Encaminhamento dos dispositivos do ECA e da Resolução 170 do CANANDA que tratam do assunto e de dois modelos de peças do MPPE que tratavam do tema.
PJ Olinda	Pesquisa sobre materiais e modelos sobre a instalação, no Município, de programa de Acolhimento Familiar de Crianças e Adolescentes (portarias de ICs, recomendações, regulações, TACs, etc).	Envio de sete modelos de peças a respeito do tema.
Promotoria de Justiça	Pesquisa sobre Modelo de Acp para estruturação de entidade de Acolhimento	Envio de modelo de ACP.
33ª. PJDCC	Jurisprudência do STF ou STJ mais atualizada possível na área da infância sobre obrigação de fazer (alimentos e lotar servidor) x discricionariedade do gestor.	Encaminhamento de sete jurisprudências sobre temas correlatos.
Coordenação CAOPIJ	Não aplicação da audiência de custódia nos casos de Ato Infracional cometidos por adolescentes.	Elaboração de Minuta Técnica.
Coordenação CAOPIJ	Recomendação expedida pela Promotoria de Santa Cruz do Capibaribe/PE para que blogs não divulguem dados e fotos de adolescentes.	Envio da respectiva Recomendação.
Coordenação CAOPIJ	Ação articulada de Promotores de Justiça com atribuição na infância e juventude para consecução de dois objetivos: a implantação dos planos Municipais de Atendimento socioeducativo, bem como a expansão e qualificação dos Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto.	Elaboração de cartilha.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

Coordenação CAOPIJ	Implantação no Ministério Público de Pernambuco do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Educação.	Elaboração de Minuta de Ofício.
PJ Caruaru	Irregularidades em escolas e creches privadas	Envio de 8 peças referentes ao tema.
MPRN	Pesquisa, a título de colaboração, sobre gestão do Sistema Socioeducativo do Estado de Pernambuco	Remessa do regimento e regulamento da FUNASE, da Lei Nº 14.264, de 06 de janeiro de 2011, que institui a nova estrutura e o funcionamento do Poder Executivo Estadual.
PJ Itamaracá	Ações de destituição do poder familiar.	Envio de dois modelos sobre o tema.
Coordenação CAOPIJ	ACP contra o município que não oferece serviços de socioeducação em meio aberto.	Encaminhamento de modelo de ACP do MPMG.
Coordenação CAOPIJ	Ofício nº 080/2016, proveniente da 2ª VCA/PJ de Água Preta-PE, a respeito a disponibilização de kits ao Conselho Tutelar de Água Preta.	Elaboração de Minuta de ofício.
Coordenação CAOPIJ	Atribuições dos Conselhos Tutelares	Elaboração de slides.
PJ Arcoverde	Prazos para inspeções nas unidades de acolhimento	Encaminhamento da Res. 71 do CNMP.
Coordenação CAOPIJ	Recepção de expedientes oriundos do Disque 100, por PJ que atua nos órgãos de execução, que tragam, em seu bojo, fatos que, no âmbito do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, exijam exclusivamente a atuação do Conselho Tutelar, já que são medidas protetivas relacionadas a suas competências.	Minuta de proposta de Recomendação ao PGJ.
Coordenação CAOPIJ	Modelos de ações/representações destinadas à dissolução de associação NÃO	Envio de dois modelos de peças sobre o tema.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

	REGISTRADA NO CONSELHO MUNICIPAL (por não atendimento aos requisitos - exigência do art. 91 do ECA) que tem como objeto social desenvolver ações voltadas à proteção de crianças e adolescentes.	
Coordenação CAOPIJ	Reforço no número de Promotores com atuação nas Varas Regionais da Infância.	Elaboração de minuta de ofício.
Promotoria de Justiça	Destituição/suspensão do Poder Familiar.	Envio de duas peças sobre o tema.
Coordenação CAOPIJ	Vedação ao médico revelar sigilo profissional relacionado a paciente menor de idade.	Elaboração de minuta de Orientação técnico-jurídica
Coordenação CAOPIJ	Página eletrônica do MPPE referente ao espaço reservado ao CAOP Infância e Juventude	Edição e atualização.
Coordenação CAOPIJ	Legislação, Jurisprudência, doutrina e Modelos de peças referentes às atribuições do Ministério Público na Área da Infância e Juventude.	Atualização do banco de dados do CAOPIJ.
Coordenação CAOPIJ	Ações do MPPE no âmbito da infância e da juventude.	Consultas ao Diário Oficial do Estado.

5.2.2 - Inspeções de unidades de acolhimento institucional e de cumprimento de medidas socioeducativas em Petrolina - PE

Esta equipe atendeu demanda da 1ª. PJDC Petrolina para realização de visitas de inspeção às unidades de Acolhimento Institucional em atenção à Resolução Nº 71 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que disciplina a atuação dos Promotores de Justiça na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento, e às unidades de cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade, internação provisória, e internação da Fundação de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco – FUNASE, amparada em Resolução nº 67, de 16 de março de 2011, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que dispõe sobre a uniformização das fiscalizações nestas



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

unidades pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas.

Destacamos que a analista ministerial em serviço social, Maria Luiza Duarte Araújo, foi cedida pela PJ Olinda para participar das inspeções realizadas em Petrolina, no mês de março de 2016.

Órgão solicitante	Unidade Inspeccionada	Data
1ª. PJDC Petrolina	CASE Petrolina	21.03.2016
1ª. PJDC Petrolina	CASEM Petrolina	21.03.2016
1ª. PJDC Petrolina	CENIP Petrolina	22.03.2016
1ª. PJDC Petrolina	Associação dos Amigos do PETRAPE	22.03.2016
1ª. PJDC Petrolina	Centro Maria Auxiliadora Pró-Menor Carente	22.03.2016
1ª. PJDC Petrolina	Casa Anjo da Guarda	22.03.2016

5.2.3 – Projeto Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes



Nas últimas décadas indicadores apontam que o abuso de substâncias psicoativas vem tomando dimensões preocupantes, por vezes trazendo sérios prejuízos à população, principalmente entre crianças, adolescentes e adultos jovens. Esta realidade tem clamado por uma intervenção inadiável do poder público, seja no aspecto da prevenção, em termos do retardamento do início do consumo, seja no



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

aspecto do tratamento. De igual modo, transtornos mentais não diagnosticados precocemente resultam em agravamento dos sintomas iniciais e cronicidade dos problemas na vida adulta.

Ao pensarmos especificamente em políticas públicas que estabeleçam ações voltadas à atenção para o público infantojuvenil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) é a diretriz fundamental, devendo ser respeitado em qualquer projeto de atenção a esse público.



Atendendo ao objetivo estratégico de Atuar de forma proativa, efetiva, preventiva e resolutiva, assegurando o respeito aos direitos da criança e do adolescente, foi implementado o projeto **Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes**, que tem buscado a promoção do direito à saúde de crianças e adolescentes, por meio da articulação intersetorial e ações que visem à detecção precoce dos agravos em saúde mental, prevenção do abuso de drogas e a garantia do serviço de atendimento especializado aos usuários/dependentes.

O projeto, com previsão de execução em todas as circunscrições ministeriais do estado de Pernambuco, procura realizar, de igual modo, o mapeamento da rede de atenção básica em saúde mental, atenção psicossocial especializada, atenção em urgência e emergência, atenção residencial de caráter transitório, atenção hospitalar especializada e outros componentes da rede de atenção disponíveis no território; o levantamento de dados sobre situação de atendimento à população de cada circunscrição ministerial, com destaque para as demandas detectadas e não acolhidas pela rede existente; promover o estímulo à capacitação de agentes públicos ao



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

enfrentamento do problema; além da divulgação das boas práticas desenvolvidas por membros do MPPE.

Os eventos já programados, inclusive três já realizados, incluem:

Evento	Local	Data	Estimativa de publico	Municípios alcançados
I	São Lourenço da Mata	30.03.2016	44	6
II	Olinda	29.04.2016	85	7
III	Palmares	01.06.2016	87	11
IV	Salgueiro	10.08.2016	70	16
V	Caruaru	31.08.2016	80	18
VI	Petrolina	28.09.2016	100	7
VII	Afogados da Ingazeira	26.10.2016	70	13
VIII	Garanhuns	23.11.2016	80	22
IX	Arcoverde	08.02.2017	100	14
X	Gravatá	01.03.2017	80	10

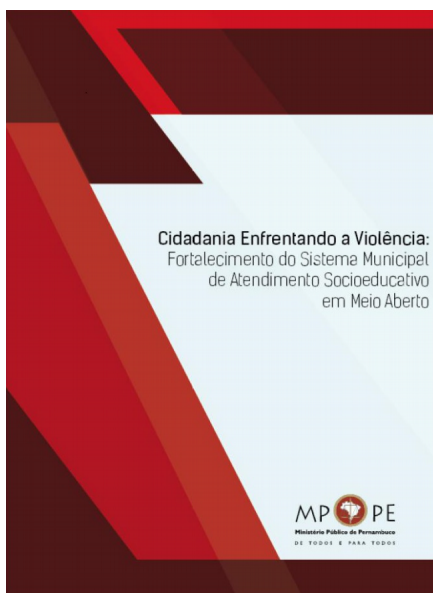
Destaque-se que os resultados alcançados até o momento, após a realização dos três primeiros encontros, que obtiveram excelentes índices de avaliação pelos mais de 200 participantes, conforme descritos nos relatórios mensais produzidos, incentivaram a inscrição do referido projeto no Prêmio Anual do Conselho Nacional do Ministério Público, na categoria Indução de Políticas Públicas.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

5.2.4 – Projeto Cidadania enfrentando a violência: fortalecimento do sistema municipal de atendimento socioeducativo



Conforme situado na justificativa deste projeto, o advento da Lei nº 12.594/2012 determinou a elaboração e efetiva implementação nas três esferas de governo de uma política pública especialmente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional, por meio dos planos de atendimento socioeducativo, com abrangência decenal, que incluam a oferta de programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto, a cargo dos municípios, e privativas de liberdade, sob a responsabilidade dos estados. Esses Planos deverão ser aprovados pelos conselhos de direitos estaduais e municipais.

Acrescente-se a precariedade da situação do atendimento socioeducativo do Estado, no âmbito local e nacional, que recorrentemente é objeto de denúncia nos meios de comunicação, marcado por políticas fragmentadas, isoladas, que se distanciam do caráter pedagógico previsto no SINASE e que contribuem para amplificar a violência social, não atendendo ao conjunto das necessidades dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Este projeto visa apoiar os promotores de Justiça nas ações de indução e acompanhamento dos planos socioeducativos municipais, priorizando unidades de atendimento já em funcionamento (Recife, Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Vitória de Santo Antão, Timbaúba, Caruaru, Garanhuns, Arcoverde e Petrolina), e aqueles com maiores demandas de atendimento em meio aberto, em cumprimento às definições da Lei nº 12.594/2012.

Como parte da execução deste projeto foi elaborada a cartilha **Cidadania enfrentando a violência: fortalecimento do sistema municipal de atendimento socioeducativo em meio aberto**, Esta cartilha é uma proposição do Caop Infância e Juventude destinado ao fortalecimento do Sistema Socioeducativo no estado de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

Pernambuco. Nesta cartilha, propõe-se a ação articulada de Promotores de Justiça com atribuição na infância e juventude para consecução de dois objetivos: a implantação dos planos Municipais de Atendimento socioeducativo, bem como a expansão e qualificação dos Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto.

De igual modo, a cartilha **E agora? Perguntas e respostas sobre as medidas socioeducativas**, organizada e redigida pela ex-coordenadora do CAOPIJ, promotora de justiça Ana Carolina de Sá Magalhães, foi atualizada com o objetivo de levar informações aos adolescentes e famílias que estão passando por situações que envolvem medidas protetivas ou socioeducativas para que compreendam o processo e possam estar atentos e exercer seus direitos e deveres.

Com tiragem inicial de 2.000 exemplares, esta cartilha deverá ser distribuída a partir de agosto do corrente.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto Órgão Auxiliar das atividades funcionais do Ministério Público, o CAOPIJ desenvolveu, durante os meses de janeiro a junho de 2016, ações de organização administrativa, projetos técnico-institucionais no âmbito da estruturação de serviços públicos em educação, em saúde, e de fortalecimento da rede de acolhimento institucional e do sistema socioeducativo, inclusive tomando por base as atividades de inspeções técnicas e vistorias às casas de acolhimento temporário e nas unidades de internação e de semiliberdade.

Os projetos técnicos-institucionais tem se caracterizado como uma das principais prioridades da atual gestão, e têm como metas: (1) promover a troca de informações seja em relação ao acolhimento institucional e ao sistema socioeducativo, seja quanto ao atendimento pelas redes de educação e de atenção em saúde mental voltada a



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da
Juventude - CAOPIJ

crianças e adolescentes nos municípios participantes em cada circunscrição ministerial, fomentando maior articulação da rede atendimento; (2) contribuir para o aprimoramento dos serviços e dos fluxos, com discussão sobre questões técnicas em suas respectivas temáticas.

É de se ressaltar a constante interação e o apoio aos Promotores de Justiça que operam diretamente no âmbito da infância e da juventude, de modo que suas intervenções ampliem a garantia de direitos sociais e individuais indisponíveis, dentre os quais podemos destacar: assegurar o acesso das crianças e adolescentes à educação; zelar pelo direito à convivência familiar e comunitária; fortalecer ações de combate a todo tipo de violência e negligência; atuar quando um adolescente comete ato infracional; garantir às crianças e adolescentes o atendimento à saúde que necessitarem, incluindo medicamentos; e buscar em todos os municípios a implantação e manutenção adequada do Conselho Tutelar e do Conselho de Direitos. Cada passo no sentido da efetivação de todos os direitos dos quais são titulares as crianças e adolescentes, assegura-lhes um desenvolvimento sadio e integral e as bases para o pleno exercício da cidadania.

Recife, 17 de junho de 2016.

Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda
Promotor de Justiça e Coordenador do CAOPIJ